TESE Nº 4

Tipo: Tese-Guia da FENAJ

Título: POR UM JORNALISMO LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DE VIOLÊNCIAS, NAS SUAS PRODUÇÕES E AMBIENTES DE TRABALHO

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

O jornalismo brasileiro encontra-se em um momento crítico onde as desigualdades históricas de gênero, raça, diversidade sexual e condição física ou mental se manifestam de forma persistente e estrutural, tanto nas relações de trabalho quanto na produção de conteúdo. É imperativo que a FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas intensifiquem a luta por ambientes de trabalho e práticas jornalísticas que sejam verdadeiramente antirracistas, antimachistas, anticapacitistas, antiLGBTI+fóbicos, inclusivas e livres de toda forma de opressão e de violência.

O racismo estrutural é evidente na sub-representação da população negra nas redações (apenas 20% dos profissionais se declaram pretos ou pardos) e, especialmente, em postos de liderança e decisão. Esta disparidade se reflete no conteúdo produzido, levando a uma cobertura que não representa a pluralidade de vozes que compõem a realidade nacional. O jornalismo precisa romper com a invisibilização e a criminalização das populações negra, periférica, quilombola, indígena, em situação de rua ou encarceramento, bem como com a reprodução de estereótipos (seja de miserabilidade, seja de exotismo ou força física) que limitam seu lugar social.

O machismo e a misoginia permeiam o ambiente de trabalho, expondo as mulheres jornalistas a assédio moral e sexual e a uma carga de trabalho agravada, o que se intensifica para mulheres negras. Na cobertura, especialmente de casos de feminicídio, tentativas de feminicídio e violência doméstica, as mulheres são frequentemente revitimizadas ou tratadas como objeto sexual e de consumo, reforçando a cultura do estupro e a ideia de que a mulher não é um sujeito de fala e competência. A misoginia funciona como um ciclo comunicativo de ódio que visa punir aquelas que desafiam a ordem patriarcal e minar a credibilidade das vítimas.

A exclusão da população LGBTI+ nas redações e nos postos de liderança também é uma manifestação de opressão estrutural, alinhada com as desigualdades históricas já mencionadas. O jornalismo precisa romper com a invisibilização ou a cobertura estigmatizante (como já ocorre com a população negra e indígena) ao tratar de questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, buscando promover imagens positivas, justas e plurais.

O capacitismo se manifesta na baixa presença de jornalistas com deficiência ou neurodivergentes nas redações e na tendência da imprensa em abordar a condição de forma patológica, degradante e sensacionalista, focando em "cura" ou "tragédia". Essa abordagem limitadora perpetua o preconceito social e a exclusão dessa parcela da sociedade e reforça estereótipos nocivos.

Todas essas formas de opressão são muitas vezes reforçadas nas produções jornalísticas através dos termos escolhidos, que reproduzem e alimentam estigmas, estereótipos e preconceitos, na ausência de diversidade e pluralidade nas fontes escolhidas para tratar de diversos temas, incluindo pautas relacionadas às questões desses grupos.

Reafirmamos o compromisso do nosso Código de Ética de combater toda forma de perseguição ou discriminação. Por isso, a FENAJ e seus sindicatos continuarão na luta por um jornalismo equitativo, plural e diverso, que deve se dar pela valorização da representatividade na escolha de fontes e narrativas, rejeitando estereótipos e promovendo imagens positivas, justas e plurais.

A FENAJ e seus sindicatos, por meio de estruturas como a Comissão nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Conajira) e a Comissão Nacional de Mulheres e suas secretarias, seguirão também atuando ativamente para garantir que a equidade seja o pilar inegociável da profissão, enfrentando as diferenças salariais e a precarização do trabalho que atinge desproporcionalmente pessoas negras, mulheres, LGBTI+, indígenas e pessoas com deficiência.

PROPOSTAS PARA O PLANO DE LUTAS:

1 – Fortalecer a representatividade e combater a misoginia: Recomendar aos Sindicatos filiados a instituição de cotas mínimas de 30% de jornalistas mulheres e 20% de jornalistas negros e negras comprometidos(as) com a luta antirracista na formação das diretorias sindicais, conforme alteração no Estatuto da FENAJ aprovada no 39º Congresso da Federação dos Jornalistas. Garantir a manutenção e fortalecimento da Comissão de Mulheres e da Conajira como órgãos de assessoria da Diretoria da FENAJ, com planos de trabalho anuais, e das respectivas comissões nos estados.

2 – Monitorar e combater assédios e discriminação: A FENAJ realizará, com apoio dos 31 Sindicatos filiados, pesquisa periódica sobre condições de trabalho, remuneração, cargos de chefia, e assédios (moral, sexual, racial e por capacitismo), com recorte étnico-racial, de gênero e de orientação sexual.

3 – Promover educação e orientação à categoria: A FENAJ deve elaborar campanha através de materiais educativos (como cartilhas e manuais), de comunicação e oficinas permanentes para jornalistas e estudantes sobre boas práticas jornalísticas livres de estereótipos sexistas, racistas, capacitistas e LGBTI+fóbicos, com as seguintes orientações:

- Priorizar o uso de linguagem não discriminatória (evitando o masculino genérico e adjetivos depreciativos), linguagem inclusiva e respeitosa, especialmente no que se refere a pronomes e identidades de gênero (pessoas trans e não-binárias) e a seleção de imagens positivas e diversas.

- Priorizar o uso de linguagem e abordagens que evitem a patologização, a desumanização, depreciação ou a curiosidade mórbida, que muitas vezes marcam a cobertura de pessoas e temas LGBTI+.

- Garantir que a cobertura jornalística não promova a revitimização das mulheres vítimas de violência ou dê espaço irrestrito ao discurso do agressor.

- Valorizar a diversidade na escolha de fontes e narrativas (o que se aplica a gênero, raça e etnia), o que deve ser aplicado à escolha de fontes mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e neurodivergentes, indídgenas e pessoas LGBTI+ como especialistas em diversos temas, e não apenas em pautas relacionadas à sua sexualidade ou identidade.

4 – Fortalecer a luta laboral antirracista/antimachista: Orientar os Sindicatos filiados a formularem cláusulas de promoção da equidade racial e de gênero, bem como de ambientes de trabalho seguros, inclusivos e livres de discriminação para jornalistas LGBTI+ nas propostas de acordos e convenções coletivas de trabalho. Intensificar a luta contra a pejotização e outras formas de precarização do trabalho, que atingem de forma mais profunda a população negra, as mulheres, pessoas LGBTI+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades estruturais no campo jornalístico.